

Antonio Soares¹

Artigo livre

ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM E PERCEÇÃO: O CASO DO REGISTRO DE VIAMÃO

LANDSCAPE ARCHAEOLOGY AND PERCEPTION: THE CASE OF REGISTRO DE VIAMÃO

¹ Mestre em História (PUCRS); Analista em Assuntos Culturais da Secretaria de Estado da Cultura do RS (Sedac); Diretor do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (Marsul).

RESUMO

Aplicando pressupostos teóricos elencados em obras influenciadas pela Virada Linguística e pela fenomenologia, que discutem paisagem, percepção e conceitos, o presente ensaio pretende demonstrar que o entendimento sobre os lugares originários de Santo Antônio da Patrulha, formado a partir de duas frentes marcantes de esforços científicos na última metade do século XX, que se inscrevem em contextos e em paradigmas de seus tempos, podem ser complementados a partir de conhecimentos teóricos que se formaram *a posteriori*. Apresenta um estudo de caso sobre a localização do Registro de Viamão, utilizando como recursos prospectivos a memória social e a releitura de contextos históricos em fontes, considerando que conceitos expressos nestas podem manifestar uma percepção distinta da atual.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia; História; paisagem; conceitos; memória; tropeirismo.

ABSTRACT

Applying theoretical assumptions listed in works influenced by the Linguistic Turn and phenomenology, which discuss landscape, perception and concepts, this essay intends to demonstrate that the understanding of the original places of Santo Antônio da Patrulha, formed from two outstanding fronts of scientific efforts in the last half of the 20th century, which are inscribed in contexts and paradigms of their times, can be complemented from theoretical knowledge that was formed later. It presents a case study on the location of the Registro de Viamão, using social memory and the re-reading of historical contexts in sources as prospective resources, considering that concepts expressed in these sources may express a different perception from the current one.

KEYWORDS: Archaeology; History; landscape; concepts; memory; "tropeirismo"

INTRODUÇÃO

*Daqui desse momento
Do meu olhar pra fora
O mundo é só miragem
A sombra do futuro
A sobra do passado
Assombram a paisagem*

Lenine – É o que me interessa – 2008

É sensível, nas últimas duas décadas, o enorme incremento da capacidade social na produção e difusão de informação. A tecnologia da informação transformou de maneira irreversível os processos e produções acadêmicas. Atualmente, a pesquisa nas ciências sociais goza de flagrantes vantagens com relação às pesquisas pretéritas. É possível, por exemplo, visitar arquivos e bibliotecas, pesquisar em seus acervos, a partir de qualquer lugar com uso de dispositivos eletrônicos conectados. Essa mudança tecnológica não implica que os métodos e a organização documental, o respeito aos acervos, possam ser ignorados (Boschi, 2011). Pelo contrário, nossa responsabilidade diante da presente vantagem tecnológica em relação ao passado nos mobiliza em direção a empreendimentos de pesquisas mais abrangentes. Softwares e hardwares para utilização de sistema de informação geográfica, SIG, estão cada vez mais difundidos e acessíveis, tornando possível acessar imagens capturadas por satélite, para analisar dados referenciados geograficamente. Importante destacar que o ambiente científico tradicionalmente se transforma pela discussão e revisão de métodos e teorias, se constituindo em “marcas nas paisagens” das ciências, construindo a história de cada disciplina.

Neste ensaio nos mobilizamos, com noção da própria historicidade, para investigar um tema que outros pesquisadores, cientistas sociais, o fizeram com o tempo, com as ferramentas, com os métodos e fontes que lhes estavam disponíveis em seu contexto. Diante das fontes, da bibliografia, de métodos e teorias, “daqui desse momento”, o nosso “olhar para fora” tem um alcance mais amplo dessa paisagem “assombrada” pelas “sobras do passado”.

Por este ensaio, pretendemos demonstrar que o entendimento sobre os lugares originários de Santo Antônio da Patrulha, formado a partir de duas frentes marcantes de esforços científicos, que se inscrevem em contextos e em paradigmas de seus tempos, podem ser complementadas a partir de entendimentos teóricos que se formaram *a posteriori*. A obra de Ruben Neis (1975), influenciando a narrativa historiográfica que atualmente tem caráter oficial e as pesquisas arqueológicas de André Luiz Jacobus (1997), no âmbito do Projeto Arqueológico de Santo Antônio da Patrulha, Pasap, quando pesquisou o sítio “RS-S-263: Guarda Velha 2”, atribuído como local de funcionamento do Registro de Viamão (Jaco-

bus, 1997). No nosso entender, estas pesquisas formam os marcos historiográfico e arqueológico, respectivamente, sobre a definição da localização dos lugares originários de uma das mais antigas possessões lusitanas nestas paisagens que atualmente denominamos como Rio Grande do Sul. A Guarda Velha e o Registro de Viamão, foram estruturas militares e fiscal da Coroa portuguesa, instalados na quarta década século XVIII, para guardar a posse portuguesa do território em expansão, manter a ordem, fiscalizar e tributar o transporte de gado para São Paulo e Minas, atividade preponderante na economia do Continente de São Pedro durante aquele século (Cesar, 1970; Neis, 1975; Barroso, 1980; Jacobus, 1997; Gil, 2009; Kuhn, 2006).

Um caso cuja prospecção, histórica e arqueológica, se prejudica em razão da exígua quantidade de fontes históricas. Que se manifesta um dissenso historiográfico e um certo apagamento na memória social sobre os lugares coloniais e a conformação dos espaços urbanos. Desta forma, a aplicação de teorias sobre paisagem nas ciências sociais pode ser útil como recurso prospectivo, as quais nos fizeram perceber que ao estudar o passado, este pode manifestar em fontes históricas uma alteridade perceptiva. Em outras palavras, as fontes históricas, sobretudo as textuais, nos colocam diante de termos que, se interpretados a partir do “modelo sensorial vigente”, prejudicam a identificação de sítios históricos e arqueológicos as quais referenciam.

Como conceitos que se “movimentam” ao longo da história, as indicações de distâncias podem representar percepções distintas das percepções atuais. Quando se lê “pegado ao rio do Sinos” ou “aos que confinavam com o Registo da Serra” em textos históricos do século XVIII, os conceitos de margem e confinamento podem significar uma percepção da paisagem distinta do que estes termos atualmente nos referenciam. Da mesma forma que a frase “a distância [...] é tão curta; e hoje é tão fácil a comunicação” significa no contexto atual uma percepção diferente da percepção de Gomes Freire de Andrade, quando escreveu a D. Pedro Cevallos¹, em abril de 1757, antes de sair em marcha da redução de Santo Ângelo Custódio para o forte em Rio Pardo. Marcha que duraria quase um mês, dormindo em acampamentos, e se comunicando por mensageiros que levavam dias entre Buenos Aires e sua localização (Soares, 2020b, p. 67).

Por este ensaio, pretendemos discutir as contribuições dos estudos sobre a paisagem nas ciências sociais, a partir de indícios nas parcas fontes, considerando que a percepção social sobre a paisagem se modifica ao longo do tempo, e que esta alteridade pode ser identificada por meio de um olhar interdisciplinar sobre fontes textuais e materiais. Considerando que o emprego dos métodos e técnicas interdisciplinares se faz indispensável para a pesquisa arqueológica, é que elencamos teorias de várias correntes de pensamento que a partir do contexto das pesquisas analisadas, o final do século XX, modificaram os referenciais teóricos e metodológicos. A localização do Registro de Viamão é reanalisada como um estudo de caso, considerando alguns desses pressupostos, constituindo-se

¹ Carta no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU_ACL_CU_059, Cx. 2\Doc. 129).

numa hipótese sobre a paisagem em movimento de um dos mais antigos lugares lusitanos do território que atualmente denominamos como Rio Grande do Sul.

PAISAGEM, LUGARES, CONCEITOS E PERCEPÇÃO

Os pressupostos teóricos aqui elencados resultam de leituras vinculadas às várias disciplinas do conhecimento. Os estudos sobre a paisagem não configuram uma novidade em campos como a Geografia, a Antropologia, a História, a Filosofia e a Arqueologia. Problematizações que decorrem do desenvolvimento dessas disciplinas, dos impactos de movimentos e contextos intelectuais que lhes foram sensíveis ao longo das décadas, contribuíram para o desenvolvimento de um “estilo científico”, como disse Tilley (2010), que podem se desdobrar em um ou vários métodos prospectivos *na* paisagem. Esta é uma construção possível, que resulta da conjugação de teorias que buscaram romper as fronteiras imaginárias entre disciplinas. Um estilo resultante dos impactos da *Linguistic Turn* nas ciências sociais, que geraram novos problemas e leituras, abrindo novos campos de atuação como a Arqueologia da paisagem. Como tratamos de um problema arqueológico e historiográfico relacionado às pesquisas contextualizadas no último quartel do século XX, partiremos daquele contexto, elencando obras que contribuíram para o nosso entendimento sobre paisagem a partir de então. As quais, podemos dizer, se inscrevem em movimentos que transformaram os métodos e visões dos pesquisadores no século XXI.

CORPO, LUGAR E PAISAGEM

A definição da História como “estudo do homem no tempo”, proposta por Marc Bloch em meados do século XX, representou um avanço dos domínios historiográficos em seu contexto. Mas é com a inserção da variável espaço nas análises historiográficas, que surge uma importante interdisciplinaridade com a Geografia, tratando dos conceitos de “espaço”, “território” e “região” (Barros, 2005, p. 96-97). A definição geográfica de “região”, podemos dizer, é uma unidade no espaço que lhe conferem uma certa homogeneidade perceptível a partir de critérios que são estabelecidos para que favoreçam a análise. A partir da necessidade de se abordar o espaço social ou o “espaço habitado”, é que se insere a noção fundadora na Geografia da categoria de “paisagem”.

A referência que buscamos na Geografia para tratar da utilização da paisagem enquanto categoria analisável é de Milton Santos (2014). O geógrafo define paisagem como “materialidade formada por objetos materiais e não materiais”, algo diferente do espaço cartesiano, pois é tudo aquilo que está ao alcance dos sentidos. A paisagem é tudo o que vemos, e que não é formada apenas por volumes, mas por cores, movimentos, odores, sons, etc. “A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos” (Santos, 2014, p. 68).

A paisagem descrita por Milton Santos (2014) é aquela percebida pelos sentidos. Os estudos sensoriais, diríamos estudos sobre a percepção, alcançaram as ciências sociais nas últimas décadas com mais intensidade. Na Arqueologia, a denominada Arqueologia sensorial trata de uma dimensão analítica possibilitada a partir da chamada pós-processualista para a incorporação dos aspectos simbólicos e cognitivos, fundada na teoria social e na fenomenologia (Lima, 2011, p. 20). Ainda nos anos 1990, a historiadora Constance Classen e o antropólogo David Howes defendiam que os significados atribuídos aos sentidos são baseados nos modelos aceitos socialmente, portanto a percepção seria uma construção social (Pellini, 2011, p. 9). Em outras palavras, o entendimento que temos do mundo a partir dos sentidos não seria fisiologicamente estabelecido, mas culturalmente determinado. “Grupos humanos reconhecem seu aparato sensorial de acordo com o contexto cultural no qual estão inseridos, criando e mudando sentidos, criando e alterando hierarquias sensoriais” (Howes, 2006 apud Pellini, 2011, p. 9).

A Arqueologia da paisagem foi definida na década de 1990, como a subdisciplina que tem o objetivo de estudar um tipo específico do produto humano, que usa o espaço físico como uma dada realidade para criar uma outra realidade: o espaço social. Este que é humanizado, econômico, agrário, habitacional, político, territorial, etc., por meio do espaço simbólico, uma aplicação de ordem imaginária, que é sentido, percebido, pensado, etc. Desta forma, a dimensão simbólica forma uma parte essencial da paisagem social, e o entendimento integral deve ser considerado através de uma arqueologia “total” (Criado Boado, 1999).

A paisagem passa a ser incorporada como objeto de análise pela Arqueologia, enquanto cultura material passível de ser analisada como um artefato, “lida como um texto”, enquadrando-se em seu campo de investigação a partir do movimento pós-processualista (Lima, 2011, Funari, 2010). A partir de uma perspectiva que concebe a paisagem como artefato, e que é lida como produto de relações sociais, muitos estudos vêm sendo incorporados à episteme arqueológica, consolidando a Arqueologia da paisagem e seu potencial interpretativo em trabalhos acadêmicos e profissionais em várias disciplinas. Para alguns representantes do pós-processualismo, como Christopher Tilley e Ian Hodder, que produziram estudos seminais sobre a paisagem e espacialidade, a cultura material pode ser lida de maneiras diferentes, estando essa leitura implicitamente aberta para múltiplas interpretações. A cultura material como signo, nesta perspectiva, é agente ativo na ordenação da vida social, não tendo significados inerentes. Os significados são construídos em seus contextos (Lima, 2011, p. 19; Sousa, 2005, p. 293).

A filosofia fenomenológica, sobretudo a partir da obra de Maurice Merleau-Ponty (1999), publicada originalmente em 1945 com o título *Phénoménologie de la perception*, influenciou as ciências sociais interessadas nos estudos sobre a materialidade, percepção e paisagem. A experiência corporificada do mundo se dá a partir dos sentidos. Cris Tilley (2014) faz uma análise sobre a fenomenologia de Merleau-Ponty (1999), de onde buscamos alguns conceitos basilares e fundamentação teórica aplicada sobre a percepção da paisagem.

Podemos começar pelo conceito de lugar. Segundo Tilley (2014) os lugares são constructos sociais materializados, como “fatos existenciais elementares” e “um meio universal da experiência”. O autor entende os lugares como cenários associados às identidades sociais, que em conjunto formam as paisagens, compondo a noção de pertencimento. O lugar é constituído por corpos, humanos e não humanos, e o corpo é o meio pelo qual nós humanos sentimos o lugar. Lugares e corpos se constroem mutuamente e o conjunto de ambos compõe as paisagens (Tilley, 2014).

A conexão com os lugares parte de uma perspectiva corpórea. Ainda segundo Tilley (2014), o homem não se situa no mundo mecanicamente ou enquanto um ego transcendental, como se fosse uma consciência sem corpo, mas de forma conjugada, corpo e consciência, que se encontram no mundo em um dado momento, num lugar específico, como um sujeito. Corpo-sujeito é o conceito que situa “uma consciência de época do mundo e dependente da autoconsciência dessa condição encarnada que, por sua vez, faz com que nossa própria experiência seja possível” (Tilley, 2014, p. 24-25).

Se os lugares são resultados da ação corpórea e consciente do ser humano, podemos dizer que ao viver, portanto ao se movimentar, o ser humano “escreve” sobre a paisagem. É basicamente esta a premissa de Tim Ingold (2015) sobre o conceito de habitação. O antropólogo argumenta que ao contrário da ideia tradicional de habitação, que carrega, desconfortavelmente a ideia de localismo sedentário, desconsiderando o movimento como elemento pelo qual o ser humano apreende o mundo. Habitar é caminhar no mundo e essa “caminhada é o modo fundamental como os seres humanos habitam a Terra” (Ingold, 2015, p. 38). Ser, filosoficamente falando, é movimento. “O peregrino está continuamente em movimento. Mais estritamente, ele é o seu movimento. [...] Peregrinar é o modo mais fundamental de estar no mundo” (Ingold, 2015, p. 221). É a partir do movimento que os lugares são constituídos.

Nossa premissa, por este ensaio, se torna próxima do óbvio ao pensar os lugares como conformações materiais, que são “desenhados” sobre a paisagem pelo movimento humano. As vidas não são vividas dentro dos lugares, mas através, em torno, para e de lugares. Se é como peregrinos que os seres humanos habitam a terra, como afirma Ingold (2015), conclui-se que a vida humana se desdobra ao longo de caminhos. Prosseguindo em caminhos, cada habitante deixa uma trilha. Onde os habitantes se encontram, essas trilhas se entrelaçam. Cada entrelaçamento é como um “nó”, e quanto mais estas linhas vitais estão entrelaçadas, maior é a densidade do “nó”. Lugares, segundo o antropólogo, são como esses nós. Uma cidade ou paragem num caminho, exemplo adotado para o nosso caso, é um lugar onde as linhas de seus caminhantes estão fortemente atadas. Mas estas linhas não estão contidas totalmente dentro da cidade, tanto quanto os fios não estão contidos integralmente no nó (Ingold, 2015, p. 220).

Quando diz ser o espaço um arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais de um lado, e de outro, “a vida que os preenche e os anima,

ou seja, a sociedade em movimento” Milton Santos (2008) nos apresenta a sua noção de movimento, que neste sentido, é fator que potencializa nossa abordagem. Tempo, espaço e movimento, são, na nossa visão, indissociáveis para a compreensão perceptual dos fenômenos humanos e do “espaço vivido” ou “espaço habitado”. Este espaço habitado é conteúdo corporificado, o ser transformado em existência, a sociedade transformada em espaço (Santos, 2008, p. 31).

Os lugares, ou os “espaços habitados”, estão em constante metamorfose, foram, são e serão conformados por meio do movimento humano na paisagem, como a escrita em um palimpsesto. O resultado disso são as marcas, os pontos nodais das linhas das vidas dos caminhantes, vestígios de uma escrita antiga que o tempo não apagou. Lugares e corpos, animados e inanimados, são “antropizados” ao serem experienciados pelo ser humano em sua caminhada pelo mundo. Percebido através dos sentidos, basicamente tudo se transforma em “cultura material”.

CONCEITOS, DISCURSOS E CONTEXTO

A grosso modo, a partir da Virada Linguística, em vários campos do saber, se propôs e se implementou a textualização de seus respectivos objetos de estudo. A Arqueologia textualizou a cultura material, seu objeto epistemológico, tratando-o como texto em contexto maior, a cultura. Na História, os discursos e conceitos passaram a ser objetos de análise sincrônicas e diacrônicas. Um dos representantes da subdisciplina denominada História intelectual, Domenick LaCapra (1998), diz que o historiador reconstrói a “realidade”, ou contexto, a partir de “restos textualizados do passado”. Um texto, segundo o historiador, é “um uso situado da linguagem”, cuja intenção de implementar a relação com outros meios “simbólicos” como a música, a pintura, a dança, etc., a paisagem inclusive, gera problemas de “tradução” que produzem perdas e ganhos de significados. Uma percepção muito semelhante podemos ter sobre a (re)construção do passado feita pela atividade arqueológica sobre restos materiais contextualizados.

LaCapra (1998) aborda outro problema nas análises históricas do seu tempo, o qual denomina como “paradigma documentário”. Forma pela qual os textos são lidos pelas suas dimensões fáticas ou literais, puramente formalista, ignorando os aspectos contextuais. Como superação desta forma de ler textos, o autor sugere a noção do “ser-obra”, que se propõe a desconstruir e reconstruir os dados, reconhecendo as transformações significativas que não são inicialmente conhecidas. É como um empreendimento de pensar, questionar, mais profundamente o que está em discussão no texto, entender uma “realidade” passada, e no mesmo processo o questionador é questionado, o historiador é historicizado (LaCapra, 1998).

É basicamente esta postura de contextualização dos textos históricos (fontes) e textos produzidos pelas pesquisas pretéritas (bibliografia) que adotamos em nossa análise. Observar que conceitos manifestos em textos podem mudar

ao longo do tempo, também é tema de uma outra subdisciplina da História. De matriz germânica, a História dos conceitos tem raízes numa tradição que fundou a hermenêutica moderna. Reinhart Koselleck é o historiador que a representa, e em sua obra *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*, de 2006, originalmente publicada em 1979, busca identificar as mudanças conceituais radicais manifestadas pela linguagem europeia. Estas mudanças revelaram e configuraram a ultrapassagem dos fundamentos da sociedade aristocrática e a tomada de consciência pelo mundo moderno de sua própria modernidade. Koselleck (2006) questiona se ainda vivemos ou experimentamos o mesmo universo de significados. Para além de uma etimologia ou filologia dos conceitos, a História dos conceitos (*Begriffsgeschichte*), pressupõe um pensar a história por meio de um processo de mutação linguística a partir das transformações dos conceitos, frente às condições de existência humana, temporalmente situadas e projetadas, isto é, cada conceito apresenta sua estrutura temporal complexa em camadas.

Vimos que as paisagens são percebidas e os lugares são conformados a partir do movimento. Vimos que as percepções são culturalmente determinadas se modificam ao longo da história. Os conceitos, que manifestam percepções, podem se transformar ao longo do tempo, constituindo significados distintos. Assim, podemos dizer que, a paisagem percebida pelos colonizadores no século XVIII se manifesta por conceitos que apontam para uma percepção diferente da percepção “daqui desse momento”. Da mesma forma que podemos, e talvez temos a obrigação de fazê-lo, conferir aos pesquisadores do século XX o estatuto de “ser obra” de LaCapra (1998), e considerar que diante das “paisagens acadêmicas” que lhes estavam perceptíveis, suas conclusões não poderiam ser muito diferentes das que foram. Suas obras são parte da grande edificação científica e seus esforços contribuiriam, para a construção das atuais pesquisas.

A partir destas teorias antropológicas, arqueológicas, geográficas, históricas e filosóficas, observamos que é possível perceber as marcas na paisagem como indícios dos processos humanos contextualizados no tempo e no espaço, o que parece bem óbvio. Estas marcas humanas podem ser percebidas de várias formas no processo de prospecção. Na cultura material e imaterial, nos toponímicos, nos traços genéticos resultantes da presença de grupos humanos específicos em lugares prospectados, etc. Consideramos conjugar este “estilo prospectivo” às técnicas consagradas de prospecção em cada disciplina, como forma de potencializar os resultados. Sobretudo quando há uma exiguidade de fontes documentais e materiais, como no nosso caso. Podemos vivenciar a Arqueologia de outra maneira, como diz Pellini (2010), interpretando como se dá a experiência perceptiva “dentro do modelo sensorial vigente”, interagindo com as coisas e paisagens, para além das análises cartesianas. Na Arqueologia, os estudos interdisciplinares sobre a paisagem oferecem “uma maneira de avançar em direção à integração holística dos aspectos díspares das pesquisas”, na prospecção, escavação, análise laboratorial e interpretação dos dados, considerando que “a percepção da paisagem é socialmente construída, como outras forma de cultura material” (Copé,

2020, p. 236).

Neste sentido é que apresentamos um estudo de caso sobre um problema de caráter histórico e arqueológico, vinculado às origens da colonização lusitana nas paisagens do atual Rio Grande do Sul, iniciada no século XVIII. Um estudo que emergiu do contato cotidiano com a paisagem, os lugares e com as coisas. O que nos possibilitou visualizar, primeiramente, sentir e perceber o passado.

O REGISTRO DE VIAMÃO: UMA HIPÓTESE

Atualmente a história de Santo Antônio da Patrulha é conhecida entre historiadores e arqueólogos. A região foi habitada por vários grupos pré-coloniais, que chegaram em tempos distintos e habitaram diferentes paisagens. Os caçadores-coletores, os horticultores do planalto e os agricultores guaranis habitaram estas paisagens, e seus assentamentos se transformaram em sítios arqueológicos registrados por várias pesquisas ao longo do século XX e XXI. Datações obtidas em pesquisas arqueológicas na atual região de Santo Antônio da Patrulha, apontam para uma antiguidade de assentamentos de caçadores-coletores de pelo menos 10 mil A.P. (Dias, 2003, p. 146). O período da ocupação lusitana vincula-se ao expansionismo português sobre os territórios destinados espanhóis pelo tratado de Tordesilhas de 1494, pelo qual as coroas ibéricas partilharam as terras “descobertas” do “Novo Mundo”. Vincula-se, mais especificamente, à história das bandeiras no século XVII e a abertura dos primeiros caminhos das tropas no início do século XVIII, a partir de Laguna para os territórios sulinos (Kuhn, 2006). Em sua tese de doutoramento, onde analisa a sociedade de Viamão durante a ocupação colonial, Fábio Kuhn (2006) diz que para a “gente da fronteira”, os colonos súditos de Coroa lusitana, os “campos de Viamão” representavam uma área que abrangiam praticamente todos os territórios baixos da porção setentrional do então Continente da Capitania do Rio Grande de São Pedro, e que se tornaram atraentes aos lagunistas a partir do contato estabelecido com os hispânicos por Colônia do Sacramento, o acesso a Vacaria do Mar, e o negócio lucrativo com o gado muar, muito valorizado já na década de 1720 (Kuhn, 2006). Em 1725, a “frota de João de Magalhães”, uma expedição militar muito referenciada na historiografia, foi enviada de Laguna para a barra do Rio Grande com o objetivo garantir a posse, e a passagem da região da Platina até a região das Minas Gerais (Neis, 1975). Entre o final da década de 1720 e início da seguinte, Cristóvão Pereira de Abreu, estava comandando a abertura e correção do “Caminho das Tropas”, e muitos dos participantes da empreitada foram os primeiros colonos lusitanos a se estabelecer nos Campos de Viamão (Hamaister, 2002, p. 135).

Uma Guarda foi instalada num lugar estratégico, na subida da serra de Viamão. Guardava a entrada e saída dos campos de Viamão, onde foi institucionalizado um Registro. O Registro de Viamão foi um entreposto fiscal da Coroa portuguesa para fiscalizar a movimentação de animais e pessoas, para fins de arrecadação

de impostos, instalado junto à Guarda existente desde o contexto expansionista de abertura dos caminhos (Neis, 1975, Jacobus, 1997). Era a localidade mais populosa até meados do século. O Registro de Viamão foi um ponto de muita atividade social e passagem obrigatória para quem se deslocava pelo Caminho das Tropas.

A maior localidade não era [em meados de século XVIII], como se poderia supor, o Arraial [de Viamão], onde se situavam a Capela e as casas dos principais moradores que ficavam no seu entorno, mas sim aquela conhecida como a Guarda de Viamão, onde estava localizado o registro, ponto de passagem praticamente obrigatório para quem entrava ou saía dos Campos de Viamão. Desde a década de 1730, o governo português mantinha uma guarda nessa região, responsável pela cobrança dos tributos, especialmente sobre o gado em pé que era levado pelos condutores de tropas às capitanias do Sudeste. Mais tarde, em 1763, a “Guarda Velha” se tornaria a freguesia de Santo Antônio da Patrulha. (Kuhn, 2006, p. 113)

O termo “campos de Viamão”, naquele contexto, representava não apenas um conceito que podemos traduzir para os dias atuais como uma espécie de unidade administrativa ou territorial, mas devemos pensar em conceito situado numa percepção contextualizada da paisagem. Uma designação que expressa como os lusitanos percebiam as paisagens naquele contexto. Como diz Pellini (2010, p. 6), “o objeto percebido está sempre contextualizado, não apenas pelo seu ambiente físico, mas pelos interesses particulares de quem percebe”.

Pesquisadores que passaram pelo tema, seja estudando os caminhos ou a colonização, reconhecem a atribuição de vários nomes que aparecem nas fontes, “Registro de Viamão”, “Registro da Serra”, “Guarda Velha”, “Curral da Contagem”, “Guarda de Viamão”, atribuindo-os a uma estrutura que gerou, com a sua instalação, o atual município de Santo Antônio da Patrulha, e que seria fiscalizador das tropas de gado muar, principal atividade econômica daquele contexto nestas paisagens (Neis, 1975; Barroso, 1989; Jacobus, 1997; Kuhn, 2006; Gil, 2009).

Uma representação da paisagem feita no contexto da colonização, uma carta topográfica manuscrita datada de 1738, época da criação da Guarda, pode nos demonstrar como aqueles agentes viam a paisagem. Marcamos onde aparece textualmente o termo “Guarda” sobre uma das paragens do caminho traçado pelo padre jesuíta a serviço da Coroa portuguesa, Diogo Soares S.J., apontando uma posição geográfica.

Consiste em equívoco ler um texto, um artefato, uma representação da paisagem do século XVIII a partir de referências atuais. Os agentes que o produziram, perceberem a paisagem daquela forma e as representaram tanto em cartas topográficas quanto em textos documentais. Desta forma, comparar as indicações geográficas de uma carta de sesmaria daquela época com indicações em mapas atuais se configura um anacronismo, tanto quanto buscar exatidões contidas nos mapas atuais em representações cartográfica do século XVIII.



Figura 1: SOARES, Diogo. A villa da Laguna e barra do Taramandí: na costa do Brasil e America Portuguesa. 1738. Lisboa, AHU (Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino). Disponível em <<http://acervo.redememoria.bn.br/>> (adaptado)

Na carta topográfica manuscrita de Diogo Soares, percebemos a representação dos caminhos das tropas que interligavam os lugares coloniais na década de 1730, para o sul, pelo “Caminho da Praia”, que ligava Laguna com Colônia do Sacramento fundada em 1680 (Kuhn, 2006; Gil, 2009). Em 1737, já havia sido fundada em Rio Grande a fortificação “Jesus Maria José”, com a finalidade de defesa e assegurar as possessões lusitanas contra os ataques espanhóis (Barroso, 1980, p. 158). Podemos considerar as paragens representadas pelo jesuíta como os pontos nodais de Ingold (2015), onde as vidas se entrelaçam. Observa-se que muitas coincidem com algumas das atuais cidades e localidades, onde a vida se desenvolveu ao longo do tempo. Palmares do Sul, Capivari, Passinhos², Viamão, Tramandaí, São Francisco de Paula e Santo Antônio da Patrulha podem facilmente ser identificadas. Os caminhos, que são vetores da ação humana segundo Jacobus (1997), podem ser facilmente identificados nos traçados de algumas das atuais rodovias, como veremos. Por este mapa também se demonstra a dimensão do que se conhecia como “Campos de Viamão” e a posição de entrada e saída pela Guarda de Viamão, analisado por Kuhn (2006).

O olhar sobre esta representação da paisagem de 1738, lido a partir do nosso tempo, após as pesquisas que já foram realizadas sobre as origens de Santo Antônio da Patrulha, foi responsável pelo o início de uma pesquisa que se desenvolve sobre um problema multidisciplinar. Aparentemente, o mapa de Diogo Soares (Figura 1) situa a Guarda sobre a atual cidade de Santo Antônio da Patrulha, e representa uma instalação não identificada nas margens do rio dos Sinos, invertendo as posições apontadas pelas pesquisas históricas e arqueológicas realizadas no século XX. Um problema que julgamos necessitar da articulação de estudos sobre história, memória e paisagem para sua compreensão.

² Localidade onde teria se instalado Manoel de Barros Pereira em 1734, segundo Neis (1975)

AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS E HISTÓRICAS: DUAS FRENTES MARCANTES.

No ano de 1965, o arqueólogo Eurico Th. Miller conduziu pesquisas arqueológicas em muitos lugares na região nordeste do Rio Grande do Sul, inclusive do município de Santo Antônio da Patrulha, no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, o Pronapa, que funcionou entre os anos 1965 e 1970, coordenado pelo casal estadunidense Betty Meggers e Clifford Evans, vinculados ao Smithsonian Institution, de Washington, nos EUA. O programa tinha o objetivo de mapear e datar a presença pré-colonial no Brasil, desde a chegada até o contato europeu no século XVI (Dias, 1995). No âmbito do Pronapa, Miller registrou alguns sítios arqueológicos do período colonial em áreas de interesse histórico em Santo Antônio da Patrulha. Alguns sítios com a presença de materiais datados do século XVIII, como os sítios RS-S-263: Guarda Velha-2 na localidade de Guarda Velha, os abrigos RS-S-361: Mato da Toca e o sítio RS-S-337: Monjolo na localidade de Monjolo, o abrigo RS-S-265: Campestre-1 e o sítio RS-S-336: Campestre-2, na localidade de Campestre. Os materiais arqueológicos e documentais produzidos com as escavações encontram-se salvaguardados no Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, Marsul³ (Jacobus, 2012). Em seu diário de escavação do sítio registrado como RS-S-263: Guarda Velha-2, o arqueólogo Eurico Miller registrou: “Dizem que no mesmo local houve um posto de alfândega do Império português. Alguns restos anunciam realmente uma antiga moradia de brancos”⁴. Miller documentou durante a escavação a existência de três manchas escuras, e o material escavado consistia em 934 fragmentos de cerâmica, 3 fragmentos de cachimbos, 4 fragmentos de material semelhante a telhas, 7 fragmentos de louça, dois de vidro, cinco de metal (cravos, colher, faca e fivela), uma pederneira, 53 fragmentos líticos, um botão de osso e 99 fragmentos de ossos de gado⁵.

Entre os anos 1995 e 2007 foi desenvolvido o Projeto Arqueológico de Santo Antonio da Patrulha, Pasap⁶, coordenado pelo arqueólogo André Luiz Jacobus. Um projeto executado pelo Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, o Marsul, instituição a qual se vinculava como servidor efetivo, sendo então responsável pela direção técnica. O projeto contou com a parceria do Núcleo de Pesquisa Arqueológica do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – NuPArq/UFRGS e trazia entre seus objetivos

[...] ampliar o conhecimento existente sobre a ocupação humana na área de abrangência do PASAP, do período pré-colonial ao início do século XX, através do resgate arqueológico, fazendo uso de novas

³ Museu público vinculado à Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, situado no município de Taquara, RS, fundado em 1966 para amparar a participação de Eurico Th. Miller no Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Pronapa.

⁴ Diário de campo do catálogo nº 390, documentação anexa do sítio RS-S-263: Guarda Velha 2 do Acervo Documental dos Sítios Arqueológicos do Marsul.

⁵ Documentação anexa do sítio RS-S-263: Guarda Velha 2 do Acervo Documental dos Sítios Arqueológicos do Marsul.

⁶ Utilizo a sigla com apenas a primeira letra maiúscula por formar uma palavra pronunciável, ainda que na documentação a sigla apareça toda em maiúscula.

abordagens teórico-metodológicas da pesquisa e Arqueologia e de novas fontes de documentação histórica⁷

André Jacobus pretendia, “fazendo uso de novas abordagens da Arqueologia”, “complementar os trabalhos realizados por Miller neste município”⁸, sobretudo, pesquisar o sítio arqueológico denominado RS-S-263: Guarda Velha 2, rebatizado como Registro de Viamão por Jacobus⁹, pois em sua ampla pesquisa histórica encontrou evidências documentais da existência de uma estrutura institucional da Coroa portuguesa que nas fontes e mapas, aparece denominada como “Guarda de Viamão”, “Guarda Velha”, “Registo de Viamão”, “Registro da Serra”, “Curral da Contagem”. Estes termos, segundo o arqueólogo, são denominações atribuídas ao lugar, onde desde a década de 1730 até o início do século XIX, funcionava esta estrutura militar e fiscal da Coroa lusitana no atual município de Santo Antônio da Patrulha (Jacobus, 1997).

Em sua dissertação intitulada *Resgate Arqueológico e histórico do Registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha – RS)*, defendida em 1996, revisada e ampliada em 1997, André Jacobus lança mão de alguns pressupostos da recém denominada Arqueologia da paisagem. Influenciado pelos impactos das críticas produzidas pela denominada Arqueologia contextual ou pós-processualista aos pressupostos histórico-culturais e processualistas, que começaram a surgir na década de 1980 (Trigger, 2004). Ao empreender uma pesquisa em sítio histórico, sobre caminhos e lugares, percebeu a necessidade de se abordar a paisagem como categoria de análise. A sua pesquisa em Arqueologia e em História, foi apontada como pioneira em estudos sobre os caminhos e atividades tropeiras do século XVIII e XIX, foi referenciada em muitos outros estudos posteriores. Enfim, podemos dizer que Jacobus (1997) articulou o registro arqueológico pesquisado com o conhecimento histórico acessado, a partir da episteme de seu contexto, produzindo conhecimentos importantes sobre as origens e sobre os primeiros caminhos e lugares coloniais lusitanos nas paisagens do nordeste do atual Rio Grande do Sul.

A pesquisa de Jacobus (1997) foi o trabalho “de maior fôlego realizado até então que, através de um viés arqueológico, propôs o estudo de uma estrutura relacionada ao tropeirismo no Rio Grande do Sul” (Silva, 2006, p. 145). Em sua pesquisa arqueológica e histórica sobre a Guarda Velha e o sobre o Caminho das Tropas, André Jacobus (1997) considerou os caminhos como vetores da ação humana na paisagem. O arqueólogo buscou compreender a ocupação humana na região a partir da cultura material resultante das escavações no sítio RS-S-263: Guarda Velha 2 (Herberts, 2009, p. 50).

Nas escavações de Miller no ano de 1965 e de Jacobus na década de 1990 pelo Pasap, inclusive como objeto do “III Sítio Escola Internacional” do Programa de Pós-graduação em História da PUCRS, o sítio arqueológico em questão forne-

⁷ Projeto PASAP, documentos anexos do RS-S- 263: Guarda Velha 2 do Registro de Sítios do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, p. 1.

⁸ Projeto de Dissertação de André Luiz Jacobus, 1993, Documentos anexos do RS-S-263: Guarda Velha 2 do Registro de Sítios do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, p. 3.

⁹ Acervo do Registro de Sítios Arqueológicos do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul

ceu uma cultura material que indica a presença de pessoas com poder aquisitivo elevado para época, vinculadas a atividade militar habitando o local (Jacobus, 1997), entretanto, na nossa visão, um volume inconsistente com remanescentes das estruturas de um posto fiscal da Coroa portuguesa que fiscalizava a principal atividade econômica da região, que movimentou “vultuosa soma de dinheiro, destinada aos cofres da Fazenda Real” (Jacobus, 1997, p. 45) e que funcionou por quase um século.

No sítio foram evidenciadas estruturas. Duas fogueiras nas quadrículas “Ç” e outra no conjunto “W” (que caracteriza-se por ser um entulho). Dois locais que indicam tratar-se de estruturas habitacionais de pau-a-pique nos conjuntos “K” e “Z”, onde se concentram a maioria dos vestígios de telhas e a totalidade das massas de barro. No conjunto “Z” também evidenciou-se quatro perfurações na rocha base (arenito), que provavelmente foram apoios dos esteios da estrutura de pau-a-pique. No conjunto “K” tais perfurações, se existem, não foram evidenciadas porque não aprofundou-se até a rocha base. Estas duas estruturas habitacionais situam-se próximas à evidência da antiga estrada que cruzava o Registro.

[...]

Os 67,5m² escavados e as coletas de superfície forneceram um total de 5274 vestígios arqueológicos, sendo 1257 (23,83%) de telhas, 283 (5,36%) massas de barro, 126 (2,39%) de metais, 104 (1,97%) de vidros, 11 (0,21%) líticos, 522 (9,90%) de arqueofauna, 355 (6,73%) de louças, 2614 (49,56%) de cerâmicas e dois (0,04%) de madeira carbonizada. As coletas de superfície perfazem somente 10,6% (561) do total de vestígios, predominando as cerâmicas, 450 (80%) fragmentos e a arqueofauna com 94 (17%) (Jacobus, 1998, p.64-65).

Importante salientar que não se pretende analisar exaustivamente as escavações de Miller e Jacobus sobre o sítio, tampouco desconsiderá-las. Nosso foco neste ensaio é analisar a construção historiográfica pela qual se aponta a localização de funcionamento do posto fiscal da Coroa portuguesa instalado no início do século XVIII e desativado no início século XIX. Já em seu projeto de pesquisa, em 1993, André Jacobus considerou o sítio arqueológico RS-S-263: Guarda Velha 2, como sendo o local de instalação do Registro de Viamão. Não apenas pela indicação de Miller no seu diário de campo, mas pela bibliografia então consultada que corroborava a suposta localização.



Figura 2: Escavações no sítio RS-S-23: Guarda Velha 2, em 1995, pelo Pasap – Acervo Marsul

A obra sobre as origens de Santo Antônio da Patrulha de maior repercussão entre os pesquisadores e que influenciou Jacobus (1997), cuja narrativa historiográfica é amplamente reproduzida inclusive pelas instituições oficiais, é *Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado nasce Santo Antônio da Patrulha*, de 1975, do historiador membro do Instituto Histórico Geográfico do RS, monsenhor Ruben Neis. Uma obra de grande esforço de pesquisa, muito documentada e de grande relevância histórica para o Município. Como indica o próprio autor na introdução, uma pesquisa decorrente de uma solicitação oficial do então prefeito de Santo Antônio da Patrulha ao Cardeal Dom Vicente Scherer, em 1968, “para descobrir os inícios do povoamento daquele município e a data exata da fundação da primeira Capela de Santo Antônio” (Neis, 1975, p. 15). Esta obra, podemos dizer, configura a narrativa historiográfica oficializada¹⁰ sobre a fundação do Município.

Segundo Neis (1975), a primeira capela, a “Capella Curada de Santo Antônio da Guarda Velha”, edificada em 1760 na fazenda do sesmeiro Inácio José de Mendonça, teria dado origem à vila de Santo Antônio da Patrulha, atual centro histórico no bairro Cidade Alta do município. O Registro de Viamão, estrutura portuguesa para fiscalizar as tropas, se localizaria a cinco ou seis quilômetros a noroeste da sede da fazenda de Inácio, “no lugar até hoje denominado ‘Guarda Velha’”, “só quem já esteve em cima daquela colina na qual, conforme a tradição, estava localizada a guarda, pode formar um juízo exato sobre a escolha acertada do lugar” (Neis, 1975, p. 27).

¹⁰Pelo fato do órgãos oficiais do Município de Santo Antônio da Patrulha, bem como, pesquisadores, reproduzirem a narrativa historiográfica em questão.

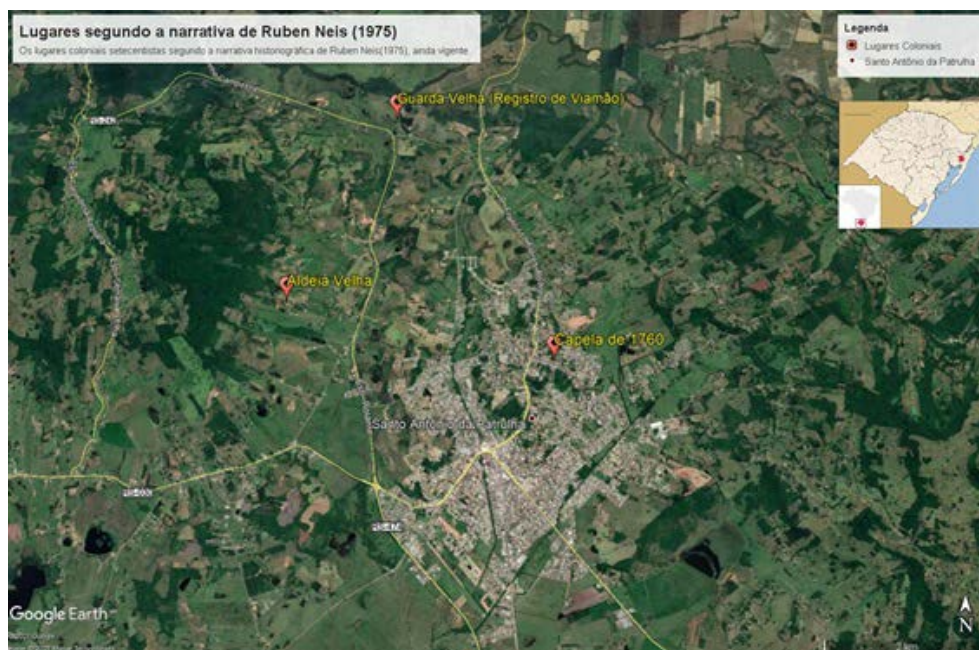


Figura 3: Representação geográfica dos lugares coloniais segundo a narrativa historiográfica vigente, baseada em Ruben Neis (1975)

A pesquisa de Neis (1975) influenciou a narrativa acadêmica e a institucional sobre a fundação da cidade, apontando para um dissenso sobre os lugares coloniais originais na historiografia.

Julgaram alguns que “guarda velha” e “patrulha” tivessem sido dois lugares diferentes, sendo “patrulha” a atual cidade de Santo Antônio, e “guarda velha”? a localidade do mesmo nome a 6 km de distância da cidade às margens do rio dos Sinos. Ter-se-ia originado essa duplicidade por ocasião do surgimento de uma “patrulha”, para “patrulhar” a estrada nas proximidades da cidade e assim colaborar com a “guarda”. Mas há engano na informação; “guarda” e “patrulha” eram a mesma coisa. Isto se confirma pelo fato da primeira capela de Santo Antônio, inaugurada em 1760, estar situada na rua principal da atual cidade de Santo Antônio da Patrulha, e contudo ter-se denominado “Capela de Santo Antônio da Guarda Velha de Viamão”. (Neis, 1975, p. 29)

A referida obra pode ser considerada um marco historiográfico por dois aspectos. Primeiro porque levanta fontes históricas que preencheram lacunas para a história colonial de Santo Antônio da Patrulha, um dos mais antigos lugares coloniais do atual Rio Grande do Sul, que foi elevado a Freguesia em 1763 por ordem episcopal, também levantada por Neis (1975), se desvinculando da Freguesia de Viamão. Segundo, porque aborda a miscigenação, um assunto “tabu” para o gênero marcado pelo açorianismo, influenciado pela obra *Casa grande e Senzala* de Gilberto Freire (1943), demonstrando que os agentes indígenas e africanos estavam presentes na história da formação do povo miscigenado do Rio Grande (Neis, 1975, p. 54-59). Os próprios fundadores de Santo Antônio da Patrulha, segundo o autor, o casal Inácio e Margarida, que financiaram a edificação da primeira capela, eram afrodescendentes (Neis, 1975, p. 107-121). O autor faz um levantamento genealógico, a partir das fontes eclesiásticas, traçando a origem do casal que protagonizou uma história matrimonial incomum, que Neis narra, por

vezes, com tom literário¹¹.

Entretanto, ao buscar cartas topográficas do século XVIII, encontramos um mapa detalhado produzido por José Custódio de Sá e Faria, militar e engenheiro, em 1763. Este mapa (figura 4) parece corroborar a narrativa sobre os lugares descritos por Ruben Neis (1975) e a localização da Guarda Velha segundo André Jacobus (1997).



Figura 4: SÁ e FARIA, José Custódio. Exemplo Geographico do Terreno que corre desde a Vila do Rio Grande de S. Pedro, thé o destrito de Viamão. 1763 (recorte)

Importante salientar que em 1763 a Capela de Inácio e Margarida já estava edificada, e seria a única na região, portanto a “Capella” marcada pelo autor se refere a mesma estrutura. Nota-se que a capela está situada fora do traçado do caminho, que passa pelo “Registo”. E este não se encontra representado tão às “margens do rio dos Sinos” como indicado por Neis (1975). Mas este mapa nos mostra que a “Capella”, portanto a sesmaria de Inácio estaria a sudeste do “Registo”, ainda que não situe ou represente acidentes geográficos como a Lagoa dos Barros. É uma representação da paisagem, pela qual nos permitirá analisar outros documentos, como o texto da carta de sesmaria concedida à Inácio José de Mendonça por Gomes Freire de Andrade, em 1755, quando atuava como autoridade nomeada pela Coroa portuguesa na demarcação dos limites a serem definidos a partir do Tratado de Madrid de 1750.

Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem, que attendendo a me Representar por sua petição Ignacio Joseph de Mendonça que elle ha bastantes annos estava cituado com cazase Rossas na barda do matto Geral da Serra de Viamão entre o corgo da Guarda Velha, cabeceiras do Rio Gravatahy, e a paragem chamada o Pulpito pedindo-me lhe mandáse passar Carta de Sesmaria de meya Legoa de terra em quadra no Referido matto para poder continuar nella a sua Lavourea principiando-se a ditto medição do sobre ditto cargo da Guarda velha pelo Rumo do Noroeste para aparte do Rio do Sino; (Arquivo Publico Mineiro, vol. XXIV, nº 1, 1933, p. 152-153, grifo nosso).

Normalmente as cartas de sesmarias trazem em seu texto as confronta-

¹¹ Ver a análise que Sherol dos Santos (2009), em sua dissertação “Apesar do cativo: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824), utilizando, inclusive, Ruben Neis (1975) para entender as relações entre o senhor e o escravo, na sociedade colonial de Santo Antônio da Patrulha.

ções ao norte, sul, leste e oeste. A carta de Inácio apenas indica o início da medição a partir do “corgo”¹² da Guarda”, na posição noroeste, indicando que a sesmaria fica a sudeste do Registro de Viamão. A ausência das confrontações se explica pelo fato de ser uma sesmaria no “matto”, no lado sudeste da Guarda, entre as cabeceiras do rio Gravatahy e a paragem “Pulpito”, lugar que corresponde a posição da “Cappela” no mapa de Sá e Faria.

A PROSPECÇÃO: POR UMA ARQUEOLOGIA DA PERCEPÇÃO

Nas fontes de Neis (1975) são expressões que fizeram o historiador localizar o Registro de Viamão literalmente nas margens do rio dos Sinos, local da atual localidade denominada como “Guarda Velha”. Além do indício toponímico, um documento denominado

Roteiro que se fez do Caminho do Sertão, que se principia na Patrulha a onde se acha o Curral da Contagem, **pegado ao Rio do Sino**, para entrar a subir a Serra e seguir para Curitiba e São Paulo, ano de 1745 (NEIS, 1975, p. 29) [grifo nosso]

Salvaguardado na Biblioteca Municipal de São Paulo, este roteiro de autoria desconhecida, traz o termo “pegado ao Rio do Sino”, o qual se interpretado sob o modelo sensorial vigente, nos remete às proximidades de dezenas ou centenas de metros da margem banhada pelo rio. Relata uma viagem que inicia em fevereiro de 1745, na “Patrulha”, em Viamão e termina em fevereiro de 1746 em Sorocaba. Em suas primeiras palavras, o documento nos dá poucas descrições sobre o terreno da Guarda. “28 [fevereiro] Primeiro dia de viagem; contata a tropa seguimos o caminho pela borda do Rio do Sino até o passo, que dista uma légua; tudo pantano e taquaral” (Barroso, 1995, p. 40).

Por este pequeno trecho percebemos que do Registro até o passo no rio dos Sinos a distância percorrida foi de uma légua. Importante trazer uma noção de que a percepção corpórea das medidas antes do sistema métrico apontam para a historicidade da noção de espaço, assim como a noção de tempo é historicizada (Soares, 2020a, p. 61-68). Os sistemas de medidas evidenciam como as pessoas percebem volumes e espaços nas sociedades ao longo do tempo (Kula, 1999). No século XVIII, o sistema de medida era mais subjetivo, baseado no corpo humano. Uma légua representava três mil ou duas mil e quinhentas *braças*, que por sua vez era formada por dez *palmas*, e este último por oito *polegadas*. A *polegada* era formada por um *dedo* ou quatro grãos de cevadas. E o *pé* era constituído por um *palmo* e meio. As unidades de medidas lusitanas durante o período setecentista, tendo referências corporais como parâmetro, são indicativos para uma percepção dimensional diferente da atual concepção métrica¹³. A légua terrestre

¹²Uma variação da palavra *córrego* segundo o Dicionário Histórico de Português Brasileiro, DHPB da Unesp.

¹³O sistema métrico é adotado apenas no século XIX, cujo princípio envolve o domínio napoleônico em Portugal. A lei de 28 de junho de 1862 ordenou que o sistema métrico começasse a vigorar a

portuguesa era a unidade de medida mais frequente para as distâncias entre os locais, caminhos e grandes propriedades do século XVIII, ficando a braça como unidade mais comum para medir propriedades rurais menores e o palmo como unidade de medição das propriedades urbanas (Gil, 2009, p. 116).

O termo “pegado ao rio” nos remete, pelo nosso modelo perceptivo atual, para uma posição de onde se avista o rio. Talvez seja o fator de maior confusão interpretativa. Os redatores dos documentos e produtores dos mapas procuravam descrever o terreno e os caminhos como eles os percebiam. E como esses atores percebiam a paisagem? E aqui reside o ponto central pelo qual nos propomos esta análise. Como nos demonstram Milton Santos (2014), Tilley (2014), Pellini (2011), Ingold (2014), é a partir do movimento que se percebe a paisagem, que se constituem os caminhos e lugares. A paisagem é percebida em movimento. O Caminho de Viamão, no qual a “Patrulha”, “Guarda” ou “Registro” que analisamos se constituía como uma paragem obrigatória (Kunh, 2006), tinha uma extensão total de 1.750 quilômetros e ligava Colônia de Sacramento a Sorocaba. Em recente artigo, Bueno et. all. (2021), vinculando a representação cartográfica, os textos históricos de roteiros e a iconografia relacionada ao troperismo, analisam o Caminho de Viamão por meio de fontes visuais e textuais, entendido como produto e vetor das relações sociais simultaneamente, uma estrutura relacional em funcionamento, com atores em movimento em suas paisagens, “visando entender a sociedade, seus códigos e lógicas” (Bueno et.all., 2021, p. 3). Por esta análise, os autores nos apresentam por meio de seu método denominado como uma “espécie de geografia retrospectiva”, “as paisagens pretéritas representadas na cartografia entendendo-as como configurações territoriais de um conjunto de elementos naturais e antrópicos” (2021, p. 5). Para este momento da nossa análise, é importante considerar que os agentes históricos em questão, os roteiristas e os cartógrafos, estavam situando suas representações no contexto de então, considerando um todo. Assim sendo, a distância de uma légua portuguesa, convertida para cinco a seis quilômetros, pode ser descrita como margem, borda ou pegado ao rio dos Sinos, diante de um contexto de uma viagem que duraria um ano.

Tal como as representações cartográficas, as representações textuais “pegado ao rio do Sino”, “borda da mata”, “pé da serra”, fazem sentido no seu contexto. São conceitos que para seu entendimento, se faz necessário a escavação de suas “camadas de significados”, usando a expressão de Koselleck (2006). Como a frase “aos que se confinavam com o Registro da Serra em que se compreendia, e se compreende o ditto Ignacio Jozé de Mendonça” (Neis, 1975, p. 158). Uma referência a todos os moradores, suas fazendas, seus sítios, que circundavam o Registro da Serra, que inclui o sesmeiro Inácio José de Mendonça, e outras sesmarias no entorno, num raio de dezenas de quilômetros. Um outro exemplo é a frase do governador José Marcelino de Figueiredo, em 1769, “O povo situado ao pé da

partir de 1º de janeiro de 1872; mas o decreto de 18 de setembro deste mesmo ano foi que estabeleceu, definitivamente, a adoção do sistema, legal, a partir de 1º de janeiro de 1874. (Simonsen, 2005, p. 586)

serra deve denominar-se Povo de São João Batista” (AHRs, 1990, p. 12), nomeando a aldeamento de indígenas missionários localizado próximo ao Registro de Viamão, também conhecido por Registro da Serra. Atualmente não se considera que Santo Antônio da Patrulha esteja “ao pé da serra”. As percepções de distâncias textualmente manifestadas em documentos do século XVIII, podem ser, e geralmente são, percepções distintas das percepções atuais.

O Registro e a Guarda de Viamão estavam no lugar de onde se fiscalizava a principal atividade econômica da região, a entrada e saída dos “Campos de Viamão” no século XVIII (Neis, 1975; Jacobus, 1997; Kuhn, 2006). Lugar onde haviam currais, comércio, a “guarda” fornecida pela Coroa, com as casas dos prestadores de serviço às tropas e aos peões formando vila no entorno, como é trazido nos textos dos próprios contratos de arrendamento. Numa ordem do Tribuna da Junta da Real Fazenda do Rio de Janeiro, que trata do contrato de arrematação do Registro de Viamão e de Santa Vitória de 1772, transcrito e publicado na dissertação de Adriana Fraga da Silva (2006), traz o seguinte texto.

[...] Pelo que pertence ao registo de Viamão

[...]

7º **Que se lhe darão os soldados necessarios para guarda dos Registos como atualmente se esta praticando** e para acompanharem ao caixa quando for estabelecer algum Registro de novo ou as cobranças [...]

10º Que todos os animais pastarão nos mesmos pastos que sempre pastarão enquanto não passam os registros em cujos registros poderão elle contratador e seus socios e admenistradores ter **loges de fazenda para servirem as tropas e peains por ser assim preciso para a cultura deste comercio e concervação deste contrato tudo na forma com que se estabeleceo na primeira rematação a na que se fez nesta junta no anno de 1771.** (Silva, 2006, p. 202, Doc 1, grifos nossos).

Se os caminhos são vetores da ação humana como disse Jacobus (1997) e Bueno et.all. (2021), se habitamos o mundo caminhando sobre ele (Ingold, 2015), e se os lugares são conformados a partir da experiência corpórea no mundo (Merleau-Ponty, 1999; Tilley, 2014), uma atividade tropeira tão intensa como foi no século XVIII, não haveria de ficar os seus vestígios tão diminutos na paisagem como se verifica pelas pesquisas no âmbito do Pasap.

As pesquisas sobre o tropeirismo apontam para a economia movimentada junto ao caminho. Nos sítios e fazendas lindeiras com o oferecimento de pouso, abastecimento com gêneros alimentícios e reparos. Nas vilas, “onde sempre havia uma rua das tropas”, que abrigavam as lojas de fazenda, com uma série de ofícios artesanais como fazedores de itens de montaria e cargas, trajas, ferreiros, comerciantes de secos e molhados e utensílios.

Mas é nas vilas, onde sempre havia uma rua das tropas, que vemos uma série de ofícios correlacionados ao tropeirismo, tais como artesãos fazedores de cordas e chicotes, cangalhas, selas e uma infinidade de itens de montaria ou cargas. A capa de couro, o traje campeiro completo, a fivela de prata, os arreios, os pelegos, as rédeas de crina macia, laços, lenços, chapéus e botas de couro faziam parte de um rol de peças típicas do tropeirismo. Ferreiros também eram necessários para trocar a ferradura das mulas e outros itens, sem falar nas lojas de

secos e molhados, de toucinho e mantas de carne seca, de couros e utensílios como canastras e boticas. (Bueno et. all. 2021, p. 54)

Como nos disse Pesavento (2004), para dar vida às cidades do passado precisamos articular História e Memória. Desta forma, partimos em busca de fragmentos de memória da cidade de Santo Antônio da Patrulha para tentar identificar a Santo Antônio da Patrulha do passado. Na fotografia (figura 5), vemos a vila de Santo Antônio da Patrulha no final do século XIX. Primeiro ponto a ser considerado pela visão proporcionada por esta imagem é que não há arruamentos vizuais visíveis, há uma vila que se conforma entorno de um caminho, desde o alto da colina até o ponto de onde foi fotografado. Um arruamento colonial de uma vila, numa colina. Um caminho que se alarga na esquina onde há uma edificação maior, pé-direito baixo, de características oficiais. A partir da nossa análise, que nos trouxe até esta esquina, considerada por pesquisadores locais como sendo a esquina mais antiga da cidade, é que ali estava localizado o Registro de Viamão. Uma paragem obrigatória do Caminho de Viamão. A “rua das tropas”, que se formou com as “lojas de fazenda” e as casas dos artesãos prestadores de serviço e militares da guarda.



Figura 5: Avenida principal de Santo Antônio da Patrulha no final do século XIX ou início do século XX – Cópia no Acervo do Museu Caldas Junior

Por essa imagem (figura 5) percebemos, a partir de um levantamento topográfico preliminar, que as orientações geográficas do antigo arruamento, (fotografado para oeste) apontam para os caminhos que vinculam o lugar do Registro de Viamão com outros lugares coloniais, que se conformaram nos atuais traçados de algumas rodovias. Para oeste se localizava Viamão e Porto Alegre numa distância de aproximadamente onze léguas, ou setenta quilômetros. Lugares mais próximos como a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, formada por indígenas oriundos das Missões Jesuíticas que se estabeleceram a partir da segunda metade do

século XVIII nas margens do rio Gravataí, dando início a atual cidade de Gravataí (Soares, 2020a, p. 110-140). Quando Gomes Freire de Andrade, comissário para demarcação dos limites para execução do Tratado de Limites de 1750, assinado em Madrid pelas coroas ibéricas, ao retornar da povoação missioneira de Santo Ângelo Custódio, entre maio e junho de 1757, assentou centenas de famílias indígenas que optaram caminhar na direção das terras lusitanas, próximo às povoações já existentes, Rio Pardo, Viamão e o Registro de Viamão (Soares, 2020a, p. 111-115).

Referências à Aldeia da Patrulha, como diz Neis (1975), já aparecem em registros batismais em 1758, e como demonstra Soares (2020a, p. 116), o “Povo da guarda do registro”, nominado assim pelo governador José Custódio de Sá e Faria em 1764, contava com “370 almas” de missionários instalados por Gomes Freire no mesmo contexto acima descrito. Este povoamento foi nomeado pelo governador José Marcelino Figueiredo como “Povo de São João Batista” em 1769, e segundo Langer (2005, p. 125), foi unificado com a Aldeia dos Anjos, nas margens do rio Gravataí, na década de 1770. Ainda existe uma localidade denominada Aldeia Velha, a oeste da sede urbana, centro histórico de Santo Antônio da Patrulha, um toponímico que nos remete a uma localização com relação a guarda.

Os caminhos coloniais, que foram utilizados por tropeiros e habitantes, interligavam os lugares, vilas, formando o que Véra Maciel Barroso denominou como a primeira rede de vilas do Rio Grande de São Pedro (Barroso, 1980). Estes caminhos são visíveis, em sua maior parte, sob os traçados das atuais vias como podemos ver na representação (figura 6). A propósito, analisando o contrato de arrematação trazido por Silva (2006), percebemos que algumas definições consideradas sinônimos, que até podem estar numa mesma localidade na paisagem colonial, têm significados distintos. Registro é a estrutura fiscal que era terceirizada pela Coroa por contratos de arrematação, também chamado de Contagem. Guarda era a estrutura militar, mantida pela Coroa, para garantir o cumprimento da ordem pública nestes lugares.

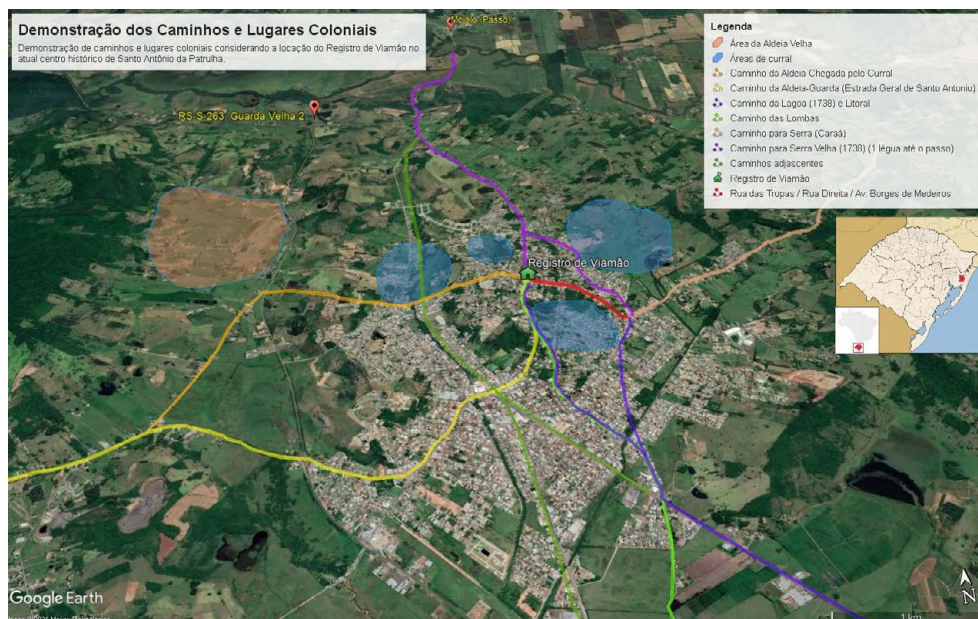


Figura 6: Hipótese da conformação dos lugares coloniais em Santo Antônio da Patrulha RS

Na figura 6 vemos uma demonstração sobre a atual mancha urbana de Santo Antônio da Patrulha, por onde podemos perceber a interligação do local apontado como hipotético Registro de Viamão com os caminhos, alguns consolidados como rodovias nos séculos XIX e XX. Podemos observar que até os dias atuais, alguns campos no entorno da sede colonial do município de Santo Antônio da Patrulha permanecem com pouca urbanização, em áreas que supomos serem os antigos currais (figura 6). Percebemos que estas áreas possuem relevos que formam barreiras naturais para encerrar o gado. Acreditamos que as referências ao “curral da contagem” nas fontes de Neis (1975) e Jacobus (1997), diz respeito a esse lugar.

Os caminhos traçados em várias cores sobre o mapa (figura 6), nos indicam que as atuais rodovias e estradas vicinais se conformaram a partir dos antigos traçados, no entorno e em função do acesso ao Registro de Viamão. Salientamos o caminho ao norte, em direção ao “passo” do rio dos Sinos, onde atualmente se localiza o distrito de Monjolo. Numa distância aproximada de seis quilômetros do centro histórico, uma légua portuguesa, coincidindo com a distância mencionado pelo roteiro de 1745, analisado por Jacobus (1997), também coincidindo com a representação de 1738 do padre cartógrafo Diogo Soares (figura 1).

Devemos observar a América portuguesa como um todo para tentar compreender a conformação dos lugares e caminhos no período colonial. Buscamos o exemplo da história da formação do município de Contagem, em Minas Gerais, descrita pelo poder Executivo municipal, e reproduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para demonstrar um certo padrão que se repete na conformação de lugares coloniais na América lusitana do século XVIII. Segundo o Município de Contagem, MG, a Coroa portuguesa, no início do século XVIII instalou um Registro para fiscalizar e tributar o movimento das tropas da região do rio São Francisco para a região das Minas. Um povoamento surgiu no entorno do

posto de contagem.

[...]uma grande diversidade de pessoas foi dando vida à população: senhores de escravos; proprietários de datas minerais à procura de braços e do gado para alimentação; patrulheiros; funcionários do Registro; delatores do transvio; religiosos, taberneiros, desocupados e vadios" (IBGE, 2013).

Simone Ramos (2017), em sua dissertação, abordando a preservação do patrimônio edificado de Contagem, MG, nos demonstra que o atual centro histórico daquele município se desenvolveu em torno do Registro, a partir do início do século XVIII, mas que ao encerrar as atividades, em meados do mesmo século, desenvolveu-se economicamente em áreas afastadas do centro original (Ramos, 2017). Entretanto, os remanescentes urbanos conformados durante as atividades tropeiras, formam o atual conjunto arquitetônico histórico da cidade.

MEMÓRIA COMO RECURSO PROSPECTIVO

A memória local é referenciada por pesquisadores (Neis, 1975; Jacobus, 1997), e pode ser utilizada como indicativo numa prospecção (Renfrew & Bahn, 1993). Os textos de José Maciel Junior, em *Reminiscências da minha terra: Santo Antônio da Patrulha*, de 1987, uma coletânea de crônicas escritas originalmente para jornais locais e regionais, em diferentes momentos, nos apontam a existência de fontes que poderemos acessar e de eventos que podemos investigar. O "seu Juca", como foi conhecido, um pesquisador local, também nos fornece importantes memórias. Desta forma, tratamos os seus textos como depoimentos testemunhais, memórias escritas e indicativos da existência de fontes e de fatos a serem pesquisados.

Inicialmente, diante do dissenso manifestado sobre os seus lugares coloniais por Neis (1975), questionamos "por qual motivo Santo Antônio esqueceu sua história e seus lugares". Acessando as memórias de Maciel Junior (1987), articuladas entre si, percebemos que a pergunta mais pertinente a se fazer seria "quando". Haveria algum evento que ocasionasse tal "apagão" histórico influenciando, inclusive, em sua cultura material? O "seu Juca" nos indica esse evento justamente quando comemorava a publicação da obra do monsenhor Ruben Neis (1975), nas páginas do jornal O Comercial, em 22 de dezembro de 1975.

Incêndio e destruição do Arquivo da Câmara Municipal

[...]

Em março de 1838, dia 7, foi a vila de Santo Antônio da Patrulha, tomada de assalto, por um grupo armado, que depois de arrombarem a Casa da Câmara, incendiaram, ficando a mesma com seu precioso arquivo, reduzido a escombros. (Maciel Junior 1987, p. 42)

Esta informação nos dá um forte indício de um evento que possa ter ocasionado uma perda significativa das fontes escritas sobre os fatos anteriores a 1838. Torna-se compreensível, a partir deste fato, a sensível ausência de fontes

documentais do século XVIII guardadas nos arquivos locais e regionais, e as incertezas com relação aos lugares originais. No texto sobre o incêndio, o autor nos brinda com uma importante informação. O arquivo que incendiou na Câmara Municipal naquela ocasião, foi o arquivo do “Registro da Guarda Velha”.

O Registro da Guarda Velha, repartição fiscal arrecadadora dos dízimos reais, das tropas que dos campos de Viamão demandavam ao mercado de Sorocaba-São Paulo, teve fim em 1811, com a instalação da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha, a 3 de abril de 1811. [...]

A vasta documentação dessa repartição [Registro de Viamão], foi toda recolhida ao arquivo da Câmara Municipal, quando da sua instalação a 3 de abril de 1811 [...]. (Maciel Junior, 1987, p. 42)

Segundo o pesquisador e nosso informante, o Registro da Guarda Velha foi extinto no mesmo dia da instalação da Câmara. O que nos remete a possibilidade de a Câmara Municipal ter sido instalada na mesma edificação do Registro, uma vez que seria um reconhecido espaço de serviços públicos.

Sobre a história do prédio, nosso informante nos conta, presumimos que não dispondo de fontes anteriores a 1838, que foi construído por um vereador na primeira metade do século XIX, que ao sair do município, o prédio passou a funcionar como sede da Câmara Municipal e Tribunal de Justiça, onde estreou como tribuno, Gaspar Silveira Martins. Passou a ser residência de coronéis no final do período monárquico e início da República Velha, no final do século XIX e início do século XX, por onde passaram personalidades históricas do Rio Grande do Sul como o próprio governador Borges de Medeiros e o senador Pinheiro Machado, recebidos pelo coronel José Maciel, pai do nosso informante, que residiu no casarão como intendente.

Sua demolição, considerando uma crônica publicada originalmente em 1976, “cerca de dez anos” após, a demolição possivelmente ocorreu em 1966. Segundo nosso informante, em tom de memória, diz que o então prefeito de Porto Alegre, José Loureiro da Silva, por volta de 1940, em conversa informal, sugeriu sua demolição para desafogar o tráfego entre o centro e os bairros (Maciel Junior, 1987, p. 154).

Demolição do casarão onde Gaspar Martins estreou na Tribuna Judiciária

Há cerca de dez anos, foi demolida uma das mais antigas casas desta cidade.

Encravada que era no centro da rua Borges de Medeiros, esquina da rua Marechal Floriano, sua construção com paredes de sessenta centímetros de espessura, data da primeira metade do século passado, quando as casas da vila eram em sua maioria de pau-a-pique, passaram a ser substituídas por pedra e cal.

[...]

Quando administrava Pôrto Alegre, pela primeira vez, o prefeito José Loureiro da Silva, por volta de 1940, visitando esta cidade e observando o casarão atravessado no centro da principal artéria da cidade, disse aos amigos que o cercavam entre eles o autor destas notas: - ‘Se eu fosse o Prefeito de Santo Antônio, meu primeiro ato seria o de mandar demolir aquela casa’. (Maciel Junior, 1987, p. 154).

Dispondo da coletânea das memórias de Juca Maciel, podemos articulá-

-las entre si. Para corroborar a nossa hipótese, o incêndio ocorrido em 1838, relatado pelo autor, que incinerou o arquivo do “Registro da Guarda Velha”, não teve a sua indicação geográfica na vila, talvez por não constar nas suas fontes. A edificação que apontamos como Registro de Viamão por esta hipótese, tem sua história contada a partir de data incerta, na primeira metade do século XIX. As memórias de um pesquisador, tomadas como indícios tanto da existência de fontes como de indicações de eventos a serem pesquisados, norteiam nossos caminhos pelas prospecções históricas e arqueológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre a paisagem avançaram e produziram muitos conhecimentos interdisciplinares desde a segunda metade do século XX, quando os impactos da Virada Linguística se fizeram sentir com mais intensidade nas ciências sociais. Estes conhecimentos teóricos podem complementar ou modificar métodos científicos. Este ensaio defende que a prospecção arqueológica, quando carente de fontes históricas e de cultura material evidente, como no estudo de caso apresentado, pode recorrer ao contexto e aos estudos sobre a paisagem para localizar sítios. Entretanto, o contexto histórico pode manifestar conceitos que expressam percepções distintas do modelo sensorial do pesquisador. Foi o que buscamos demonstrar neste ensaio. Articulando conhecimentos de várias disciplinas, entendemos que podemos prospectar sítios arqueológicos e históricos considerando que, para além da modificação material verificada na paisagem, a própria percepção social da paisagem, que é culturalmente construída, se modifica ao longo do tempo. Deste entendimento decorre a constatação que conceitos como “pegado ao rio”, devem ser colocados em perspectiva histórica e podem indicar outras formas de perceber a paisagem. No caso, o termo “pegado” manifesta uma percepção de proximidade contextualizada a partir da visão de uma viagem de aproximadamente mil e quinhentos quilômetros e que duraria aproximadamente um ano.

A localização do Registro de Viamão foi, e continua sendo, objeto de discussão na bibliografia, que não se resume a apresentada neste ensaio. A partir das pesquisas de Ruben Neis (1975) e de André Jacobus (1997), pelo Pasap, o sítio RS-S-263: Guarda Velha 2, localizado nas margens do rio dos Sinos, na localidade denominada Guarda Velha, foi considerado como o local de instalação desta instituição da Coroa portuguesa que funcionou por quase um século. Por meio de uma revisão sobre fontes, comparando as representações cartográficas com os textos históricos, percebemos que o Registro, enquanto lugar, nos remete ao centro histórico do Município. Revisão que consideramos complementar às pesquisas de Jacobus (1997), utilizando os estudos sobre a paisagem para prospectar este lugar, como constructo social e ponto nodal escrito na paisagem pelo movimento humano. O Registro de Viamão foi uma paragem do Caminho de Viamão

ou Caminho do Sertão. Uma paragem obrigatória, onde haviam “lojas de fazenda”, artesãos, prestadores de serviços, comerciantes de secos e molhados, que se formaram entorno da economia movimentada pela principal atividade econômica da região no século XVIII.

Percebemos um dissenso, na memória e historiografia, sobre os lugares coloniais em Santo Antônio da Patrulha e acreditamos que dois eventos podem estar relacionados com esse possível esquecimento. Eventos fundamentais para que possamos entender os processos que apagaram vestígios significativos nesse “palimpsesto”. O incêndio na primeira metade do século XIX, relatado por Maciel Junior (1987), pode ser considerado como desencadeador do “apagão” histórico, ficando o Registro de Viamão sem seus arquivos. O que explica o fato da sua história ser contada majoritariamente a partir de fontes e mapas oriundos de arquivos externos. A demolição da edificação foi, na nossa visão, um potencializador do esquecimento. Se a cultura material é o vestígio do passado, a sua eliminação constitui o apagamento material desse vestígio, a própria materialização do esquecimento.

Por fim, a presente hipótese se caracteriza como uma proposta de pesquisas históricas e arqueológicas no centro histórico do Município e seu entorno, e este achado pode constituir-se como um importante marco para a memória e identidade local e regional. Como parte tão importante do Caminho das Tropas, Santo Antônio da Patrulha se inscreve nesta paisagem cultural tropeira. Pesquisas historiográficas têm demonstrado o troperismo dos séculos XVIII e XIX como importante elemento identitário para além de econômico. O Registro de Viamão, paragem obrigatória daquele importante caminho, enquanto paisagem, se constituiria como um importante patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS:

AHRS. Os Índios d'Aldeia dos Anjos: Gravataí – Século XVIII. Porto Alegre: EST, 1990.

BARROS, José D'assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, [s.i.], p.95-129, dez. 2005. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2211/1691>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BARROS, M. L. F. M. Tapera da Figueira: Um estudo de caso sobre o processo ocupacional na aldeia velha no século XIX - Santo Antônio da Patrulha. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1996.

BARROSO, V. L. M. A formação da primeira rede de vilas no Rio Grande de São Pedro. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 6, n. 2, p. 149-167, 31 dic. 1980.

BARROSO, V. L. M. O Rio Grande de São Pedro sob o olhar de um português: Domingos José Marques Fernandes (1804). *Estudos Ibero-Americanos*, 31 dez. 2012.

BARROSO, Vera. L. M. Santo Antônio da Patrulha: vínculo, expansão, isolamento (1803–1889). 1979. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, PUCRS, Porto Alegre, RS, 1979.

BARROSO, Vera. L. M. O Caminho do "Certão": da integração ao isolamento. IN: SANTOS, Maria S; VIANNA, Maria L. C.; BARROSO, Vera L. M. (Org). *Bom Jesus e o Troperismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: EST, 1995.

BOSCHI, Caio C. Exercícios da pesquisa histórica. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011.

BUENO, B. P. S.; BARRETO, A. P. .; DIAS, G. S. Cultura material e práticas sociais no Caminho do Viamão: paisagens toponímicas, arqueologia do cotidiano das viagens, perfil e bagagem dos tropeiros (séculos XVIII e XIX). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], v. 29, p. 1-87, 2021. DOI: 10.1590/1982-02672021v29d1e18. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/171841>. Acesso em: 13 nov. 2021.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução: História e paradigmas rivais. IN: CARDOSO, Ciro F., VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CESAR, Guilhermino. História do rio Grande do Sul – período colonial. Porto Alegre: Edições Globo, 1970.

COPEÉ, Sílvia Moehlecke. As paisagens culturais do planalto sul-brasileiro: a contribuição das pesquisas arqueológicas do Nuparq/UFRGS para a história do quadrante patruhense. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel; LAUCK, Fernando Rocha. *Raízes de Santo Antônio da Patrulha: 30 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2020. p. 234-248

CRIADO BOADO, F. Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la arqueología del paisaje. *CAPA*, 6, 1999.

DIAS, Adriana S. Sistema de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do alto vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. 2003. 401 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – MAE, USP, São Paulo, SP, 2003.

DIAS, Adriana Schmidt. Um projeto para a Arqueologia brasileira: breve histórico da implantação do PRONAPA. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul: UNISC, v. 19, n. 22, p. 25-39, 1995.

FERNANDES, Domingos José Marques. Descrição Corográfica, Política, Civil e Militar da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, 1804. Pesquisas: História, Porto Alegre: Instituto Anchieta de Pesquisas, a. 5, n. 15, 1961

FORTES, João Borges. Rio Grande de São Pedro: povoamento e conquista. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940

FUNARI, P. P. A. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 6, n. 13, 14 jul. 2010.

GIL, Tiago Luís. Coisas do caminho: Tropeiros e seu negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810). 2009. 372 f. Tese (Doutorado em História) -, IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://pct.capes.gov.br/teses/2009/31001017023P8/TES.PDF>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

GINZBURG, Carlo. Mito, Emblemas e Sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros: Verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HAMEISTER, Martha D. O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e mercadorias semoventes (c.1727-c.1763). Dissertação (Mestrado) - PPG-História/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

HERBERTS, Ana Lucia. Arqueologia do Caminho das Tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios pelotas e canoas, sc. 2009. 487 f. Tese (Doutorado em História) - PPGH, PUCRS, Porto Alegre, RS, 2009.

IBGE. História do Município de Contagem, MG. 2013. Disponível em: http://web.archive.org/web/20190305120109if_/https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/contagem/historico. Acesso em: 20 out. 2020.

INGOLD, Tim. Estar vivo: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

JACOBUS, André L. O Projeto Arqueológico de Santo Antônio da Patrulha (PASAP). In: Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá. BEMFICA, Corarilina R. et. all. Porto Alegre: EST, 2000.

JACOBUS, André L. O Registro de Viamão: um pedágio do século VIII na América Portuguesa. *Revista do CEPA*, v.22, n. 27/28, p. 63-76, 1998.

JACOBUS, André L. Resgate Arqueológico e histórico do Registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha – RS). 1997. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH, PUCRS, Porto Alegre, RS, 1997

JACOBUS, André Luiz. O território patrulhense e o de Caraá: suas pré-histórias de suas histórias iniciais. *Raízes de Santo Antônio da Patrulha: mulheres patrulhenses fazendo história II*. Porto Alegre: EST, 2012, p. 492-501

KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.

KÜHN, Fábio. Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII. 2006. 444 f. Tese (Doutorado em História) – PPGH, UFF, Niterói, RJ, 2006. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese->

2006_KUHN_Fabio-S.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

KULA, Witold. *Las medidas y los hombres*. 3ª ed. México: Siglo XXI ed. 1998

LACAPRA, Dominick. Repensar la história intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elias J. *Giro Lingüístico y História Intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998, pp. 237-293.

LIMA, Tânia Andrade. *Cultura Material: a dimensão concreta das relações sociais*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão: No Rio Grande miscigenado surge Santo Antônio da Patrulha*. Porto Alegre: Est/sulina, 1975. 181 p.

PELLINI, J. R. Mudando o coração, a mente e as calças. *A arqueologia sensorial*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, [S. l.], n. 20, p. 3-16, 2010. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2010.89907. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89907>. Acesso em: 7 nov. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto*. Esboços: revista do programa de pós-graduação da UFSC, v.11, nº11, 2004. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/334> em 20 de outubro de 2020.

RAMOS, Simone de Almeida. *A fruição dos espaços sociais tombados: o caso de Contagem-MG*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG - Escola de Arquitetura. 2017.

RENFREW, C. E BAHN, P. *Arqueología: Teorias, Métodos y Práctica*. Madrid: Ed. Akal, 1993.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, A. F. Caminhos e percepções que constituem paisagens. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 39-50, 2007. DOI: 10.31239/vtg.v1i2.10729. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11926>. Acesso em: 13 nov. 2021.

SILVA, Sherol da. *Apesar do cativo: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). PPGH, Unisinos, São Leopoldo, RS, 2009.

SOARES, A. C. *Filhos de Ñanderu caminham para Karai: uma perspectiva sobre o protagonismo guarani no sul da América lusitana do século XVIII*. Jundiá SP: Paco, 2020.

SOUSA, Ana Cristina de. *Arqueologia da Paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais*. *Habitus, Goiania*, v. 3, n. 2, p. 291-300, jul.-dez. 2005.

TILLEY, Chris. *Do corpo ao lugar à paisagem: uma perspectiva fenomenológica*. *Vestígios - Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica*, [s.l.], v. 8, n. 1, p.24-62, 30 jun. 2014. *Revista Latino-Americana De Arqueologia Historica*. <http://dx.doi.org/10.31239/vtg.v8i1.10599>.

TRIGGER, Bruce G. *História do Pensamento Arqueológico*. 2. ed. São Paulo: Odysseus, 2004. 630 p. Tradução: Ordep Trindade Serra.

FONTES UTILIZADAS

Impressas

MACIEL JUNIOR, José. Reminiscências da minha terra: Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST, 1987.

Revista do Archivo Publico Mineiro. Demarcação do Sul do Brasil pelo governador e Capitão Geral Gomes Freire de Andrada, 1752 – 1757 - Registros de Cartas, Portarias, Instruções, Provisões, Nombramentos e Sesmarias Relativas a Colônia, Rio Grande do Sul vol. XXIV, nº 1, 1933.

Arquivo do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul

Documentação anexa do Sítio RS-S-263: Guarda Velha 2, do Acervo Documental dos Sítios Arqueológicos

JACOBUS, André. Projeto Arqueológico de Santo Antônio da Patrulha (Pasap): relatório técnico parcial ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Taquara: MARSUL, 1999

Fontes Digitais Manuscritas

Biblioteca Nacional

ROSCIO, Francisco João. Compendio noticiozo do Continente do Rio Grande de S. Pedro até o destricto da Ilha de St. Caterina: extraido dos meus diarios, observações, e noticias, que alcancey nas jornadas, que fez ao ditto continente nos annos de 1774, e 1775. Lisboa, Portugal, 1781.

Arquivo Histórico Ultramarino

Projeto Resgate - 059 Colonia de Sacramento e Rio da Prata (1618-1825)

AHU_ACL_CU_059, Cx. 2\Doc. 129: posterior a 30 de abril de 1757 – Carta de Gomes Freire de Andrade para Valdelírios dizendo que pretende sair em marcha em 1º de maio de 1757 de Santo Ângelo para Rio Pardo / Cópia da Carte de GFA para Cevallos, 28 de abril de 1757 dizendo que sairia de Santo Angelo em 1º de maio.